



MEMÓRIA E INTERDIÇÃO: CICATRIZES DISCURSIVAS EM NARRATIVAS DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS

Angela Derlise Stübe (UFFS)

Flávia Rosane Camillo Tibolla (SMEC/SC)

RESUMO: Esta pesquisa analisa narrativas de descendentes de imigrantes italianos para problematizar identificações ao ser-estar-entre-línguas. O *corpus* se constitui de entrevistas semiestruturadas com sujeitos da terceira idade, da cidade de Concórdia-SC, que não têm a língua portuguesa como sua dita língua materna. A partir das narrativas, percebe-se que, na constituição identitária desses sujeitos, há marcas da língua italiana que não foram apagadas, tornaram-se cicatrizes que continuam significando na discursividade.

PALAVRAS-CHAVE: língua, memória discursiva, identificação

MEMORY AND PROHIBITION: DISCURSIVE SCARS IN NARRATIVES BY DESCENDENTS OF ITALIAN IMMIGRANTS

ABSTRACT: This research analyzes narratives by descendants of Italian immigrants and it aims to discuss identifications of *being-among-languages*. The *corpus* is formed by semistructured interviews with the elderly from Concórdia - Santa Catarina State (Brazil). These people's mother tongue is not Portuguese. By analyzing their narratives, we have come to the conclusion that within the constitution of these subjects' identity there are Italian language markers that have not been extinguished, and these markers have become scars that continue meaning in discourse.

KEYWORDS: language, discursive memory, identification.



*A memória é também uma estátua de argila.
O vento passa e leva-lhe, pouco a pouco,
partículas, grãos, cristais...
A estátua vai manter-se de pé, não é a mesma,
mas não é outra, como o ser vivo é,
em cada momento, outro e mesmo*
(SARAMAGO, 1997, p. 32).

Introdução

Escrever sobre memória e identificação à língua de descendentes de imigrantes é, antes de tudo, uma tentativa de escrever nossa própria história uma vez que somos filhas desses sujeitos. Vemos, por meio de nossa escritura, a possibilidade de ressignificar aquilo que nos foi dito e não-dito, silenciado e que foi deixando marcas em nossa história.

Convivemos com nossas mães, tias e avós falando uma "língua diferente" da nossa. Nunca nos incomodamos com as "palavras diferentes", mas, durante toda infância e adolescência, ou não fomos convidadas a falar do mesmo jeito que elas ou esse falar nos foi interdito. Ficávamos, às vezes, à surdina, pois a tal língua nos interessava, despertava a vontade de falar, cativava. E é nesse entrelaçar de memórias e teorias que nos sentimos provocadas a escrever, a ressignificar nossas histórias de estar-entre-línguas.

Para compreender a relação língua e memória no espaço social onde atuamos, desenvolvemos o projeto de pesquisa "Política linguística e identidade cultural: representações de língua na região de abrangência da UFFS – Chapecó-SC". A partir dos documentos produzidos e analisados, em um contexto social marcado pela presença de línguas alóctones, o desafio que se põe é refletirmos a respeito de consequências dessas representações para a constituição identitária.

No projeto, trabalhamos com narrativas de diferentes enunciadore – professores da educação básica, alunos da educação básica, idosos – os quais foram convidados a relatarem e a refletirem sobre a sua história de formação linguística. Os dados dos *corpora* coletados até aqui nos possibilitam (re)conhecer e descrever alguns aspectos da realidade linguística heterogênea



na região em estudo e nos apontam aspectos que precisam ainda ser abordados em estudos posteriores. Desse modo, o referido projeto tem como uma de suas contribuições nos indicar caminhos de pesquisa em um espaço que serve de laboratório complexo. Longe de pretendermos esgotar a discussão neste texto, seu propósito é apontar alguns elementos que foram percebidos nessa descrição e análise inicial do *locus*.

Neste estudo, discutimos a relação língua e interdição, considerando fatores históricos e ideológicos como determinantes dessa relação e analisamos, sobretudo, aspectos relativos a processos identificatórios que emergem em narrativas de descendentes de imigrantes italianos, quando narram sua história de formação linguística.

Os recortes apresentados neste trabalho fazem parte de narrativas de descendentes de imigrantes italianos da terceira idade, residentes no município de Concórdia-SC (região da UFFS-Chapecó-SC) que, pelo método da adesão voluntária, narraram histórias pessoais da relação com a(s) língua(s). A escolha por essa determinada faixa etária se justifica pela convivência desses participantes com as línguas portuguesa (oficial) e italiana (de imigração) em seu cotidiano, descrevendo uma história de formação linguística marcada pela presença concomitante das duas línguas em constante tensão.

O referencial teórico em que apoiamos nossa pesquisa se situa em uma perspectiva discursiva que problematiza a prática discursiva do sujeito e compreende a linguagem como sendo afetada pela história, pelo inconsciente e pela ideologia. Para o desenvolvimento deste estudo, é fundamental delinear o que entendemos por língua, memória discursiva e interdição. Para nós, essas noções se apresentam como 'matéria prima' para este artesanato teórico-analítico, no qual tramamos, com mãos suaves, a nossa "estátua de argila", que ora se molda e ora se (des)configura, em constante movimento.



1. Alinhavos Teóricos

Ao tomarmos como objeto de análise narrativas de descendentes de imigrantes italianos, interessa-nos problematizar processos de identificação às línguas com as quais os sujeitos convivem e nas quais se inscrevem. Isso implica pensar a relação língua e memória e perceber que há um imbricamento constante entre elas. Estabelecemos alguns alinhavos teóricos que servirão de sutura para nossos escritos. Partimos da noção de língua para discutir o lugar da memória discursiva e da história nos processos de constituição identitária; em seguida desenvolvemos nossas análises balizados, sobretudo, pela relação língua e interdição.

1.1 Língua e memória

Pêcheux (2009) propõe que a língua é a "base", pré-requisito indispensável, de qualquer processo discursivo. Entendê-la como a base para processos discursivos diferentes implica compreendê-la como a materialidade dos discursos inscritos em processos ideológicos específicos. Desse modo, "a língua é um sistema que não pode ser fechado" (PÊCHEUX e GADET, 2004, p. 63), produz novos/outros contornos sempre que posta em funcionamento.

A língua é pensada, neste texto, em sua materialidade, ou seja, como um espaço de relações de força e de sentidos que refletem confrontos de natureza ideológica e não como instrumento de comunicação de sentidos fixos e estabelecidos. Consideramos a língua como sistema sintático passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história (PÊCHEUX, 2009). Com isso, a análise da estrutura da língua passa a ser ressignificada através da concepção de funcionamento discursivo sujeito ao equívoco e à falta.

A língua é lugar do equívoco e da ruptura, na qual podem emergir lapsos e atos falhos, manifestando o sujeito por meio de irrupções esporádicas no fio do discurso. Em vista disso, essa língua é compreendida como porosa e em

movimento, podendo ser desconstruída pela análise de seu funcionamento. Além disso, é na língua, pelo seu funcionamento, que podemos apreender traços identificatórios do sujeito, na relação com a memória discursiva.

Pêcheux (2010, p. 52) afirma que:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

A memória discursiva é entendida como saberes anteriormente constituídos que possibilitam a produção de sentidos. Desse modo, ela atualiza as possibilidades de dizeres no momento da enunciação, em um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. A memória se configura pelo atravessamento de discursos, pela relação que os discursos mantêm entre si, em constante errância e movimento, imbricando-se e confundindo-se: possibilidade do dizível e do esquecimento.

Nessa concepção, a memória mantém estreita ligação com o esquecimento. Segundo Pêcheux (2009), o sujeito se constitui a partir de dois esquecimentos: o primeiro esquecimento está na ordem do inconsciente, ou seja, o sujeito tem a ilusão de que é a origem de seu dizer, que os sentidos são originados a partir dele. O segundo esquecimento é da ordem do pré-consciente/consciente, ou seja, o sujeito tem a ilusão de que há transparência em seu dizer e de que o mesmo consegue controlar tudo aquilo que é enunciado. Nessa direção, o sujeito não controla seu dizer, ele reatualiza discursos, ressignifica-os e produz outros sentidos, marcando a heterogeneidade constitutiva. Assim, o esquecimento é estruturante do dizer. Tais esquecimentos são basilares na constituição de sentidos e do sujeito. Os sentidos não significam pela vontade do sujeito, mas são produzidos pela língua e pela história.



Frente a essa concepção de memória, entendemos que traços da relação do ser-estar-entre-líguas deixam cicatrizes em narrativas de descendentes de imigrantes italianos. Para Scherer (2006, p. 13), a "cicatriz carrega consigo algo como uma espécie de origem, aquilo que constituiria o sujeito que somos". Na cicatriz há marcas da interdição, do silenciamento que produziu homens marcados pelas condições de uma determinada época.

Os recortes discursivos apresentados neste trabalho, além de possibilitar uma nova leitura para aspectos históricos de uma determinada época, são por nós interpretados como cicatrizes discursivas, como marcas da língua de imigração que continuam significando e, portanto, apontam para um sujeito constituído no conflituoso espaço do entre-líguas. Segundo Tibolla (2014, p. 78), "o acontecimento de silenciamento das líguas de imigração provocou rasgos, cicatrizes que por vezes são mas(cara)das, e mesmo sob a égide dos disfarces se inscrevem na enunciação, são (re)veladas a cada novo gesto de interpretação."

A possibilidade de outras leituras àquilo que é dito/escrito na/pela história abre as cortinas de outros sentidos, sentidos muitas vezes velados nas palavras e emoldurados pela história. No entanto, para a AD é justamente esse jogo de constituição de sentidos que permite a interpretação dos enunciados vinculados a determinado momento histórico e, por conseguinte, a compreensão de que o "já dito" serve de alinhavo para o saber que ora se produz pelo sujeito e para o sujeito.

1.2 Fios identitários e historicidade

Ao realizarmos entrevistadas semi-estruturadas com os descendentes de imigrantes italianos, compreendemos que, ao entrarem em cena, produzem outra escrita de si, descentrada, lugar onde o sujeito vacila sobre si mesmo (ECKERT-HOFF, 2008; STÜBE, 2008) e que lhes abre a possibilidade de ressignificar o vivido e interpretar alguns traços identificatórios na sua relação com a(s) língua(s).

Nas narrativas de sua história de constituição linguística, podemos entrever traços identificatórios à(s) língua(s). Entendemos que a identificação é resultado da relação do sujeito e do sentido, materializada no discurso, tendo como efeito a ilusão de identidade, sempre múltipla e em movimento. Segundo Coracini (2003), as identidades são construídas por momentos de identificação, algo em constante movimento, pois:

Como a identidade se forma ao longo do tempo, através de processos inconscientes, ela não poderia ser vista como algo inato, existente na consciência no momento do nascimento, como querem algumas correntes linguísticas. Apesar da ilusão que se instaura no sujeito, a identidade permanece sempre incompleta, sempre em processo, sempre em formação. Assim, em vez de falar em identidade como algo acabado, deveríamos vê-la como um processo em andamento e preferir o termo identificação, pois só é possível capturar momentos de identificação do sujeito com outros sujeitos, fatos e objetos. (CORACINI, 2003, p. 243).

Nesse sentido, quando mencionamos o termo identidade, nós o entendemos como momentos de identificação, "como um processo que não acaba nunca, que está o tempo todo se modificando e que constitui a complexidade do sujeito" (CORACINI, 2003, p. 219). Nessa complexa trama, não podemos deixar de apontar que a historicidade também baliza as identificações, pois a historicidade inscreve ou interdita a inscrição do sujeito em determinadas FDs.

Em função disso, apresentamos alguns aspectos da história da região em estudo, que ressoam nas narrativas dos participantes da pesquisa, como modo de compreender algumas condições de produção do discurso.

Os últimos anos do século XIX e os primeiros anos do século XX, no Brasil, foram marcados pela expressiva presença de imigrantes europeus. Devido à grande presença dos "não nacionais" e com o intuito de construir um país uno, foram instituídos diversos decretos e divulgadas propagandas e doutrinas que regiam as atitudes dos cidadãos que aqui se instalavam (italianos, alemães, poloneses, judeus, japoneses, entre outros). Entre as atitudes



consideradas coerentes e em consonância com o Estado, estava o uso do idioma nacional, ou seja, o uso da língua portuguesa. Em vista disso, as:

[...] línguas estrangeiras introduzidas no Brasil pelos imigrantes, dada a especificidade da materialidade que constitui uma língua, ao mesmo tempo em que configuravam a memória e a base de identificação dos sujeitos imigrantes em seu novo espaço sociohistórico, também os configuravam/expunham como 'não-nacionais', enquanto sujeitos a se inscreverem na nova sociedade nacional que se formava e que tinham sido chamados a compor. (PAYER, 2006, p. 193).

Diante de tal panorama, instaurou-se um conflito linguístico que teve seu ápice quando da implantação da Política de Nacionalização, durante o Estado Novo (anos 30 e 40 do século XX), que almejava a criação e o fortalecimento de uma identidade nacional, de um sentimento de brasilidade. Nesse contexto, ocorriam proibições severas quanto ao uso das chamadas línguas estrangeiras e, além disso, punições para aqueles que tentassem burlar tais determinações.

Naquele contexto de pertencimento e de exclusão, os descendentes se instalaram e ali se constituíram social, histórica e linguisticamente:

O processo de nacionalização dos imigrantes europeus no Brasil contou com a intervenção pontual do Estado, durante o chamado Estado Novo, na década de 1930, quando foi oficialmente interdita a prática das línguas dos imigrantes. A interdição se deu através de legislações e de uma ampla campanha de nacionalização do ensino primário, que ao mesmo tempo implantou o português como língua nacional nas áreas de colonização estrangeira e interditou a prática dessas línguas estrangeiras. (PAYER, 2001, p. 235).

Acreditava-se que outras línguas disputariam com o português a posição de língua nacional, pois as línguas dos imigrantes "foram entendidas como línguas nacionais de outros países presentes no território brasileiro e como tal foram expressamente interditas" (PAYER, 2005, p. 338). Além de instituir o português como língua nacional, havia o desejo de criar uma identidade nacional, um sentimento de brasilidade e para isso o Estado traçou uma série

de ações, entre as quais destacamos a interdição das línguas alóctones (de imigração).

Marcas dessa historicidade, como traços de memória, foram mobilizadas nas narrativas dos descendentes de imigrantes italianos. A memória discursiva é essencial na constituição identitária do sujeito e o inscreve em formações discursivas determinadas. No entanto, aquilo que constitui o sujeito não é (re)velado. Para Coracini (2007, p. 19), permitir ou autorizar a narrativa do sujeito é a possibilidade de inscrevê-lo na história, conferir-lhe o poder de confrontar a história oficial com as histórias cotidianas e assim colaborar com a "construção de sua própria identidade, da verdade sobre si mesmo".

Além das implicações políticas na constituição do sujeito, é mister destacar que as identificações tensas dos enunciadores com a língua italiana e com a língua portuguesa produzem sentimentos contraditórios de pertença e de não pertença ao grupo social no qual estão inseridos. Conforme Coracini (2007):

[...] se a linguagem e, mais concretamente a língua constituem o sujeito atribuindo-lhe um lugar na sociedade, a língua do outro o destitui desse lugar, o impede de ocupar um lugar confortável no grupo a que pertence, perturba o sentimento de pertença, de identidade que, embora ilusoriamente todo sujeito constrói para si a partir do olhar do outro que se relaciona. (CORACINI, 2007, p. 140).

Considerando a memória constitutiva dos processos de identificação, De Nardi (2003) corrobora dizendo que a identidade é a base de toda memória, pois não há sujeito sem memória e pela memória constroem-se os sentidos possíveis e os novos sentidos.

Por isso que o apagamento da memória é tão significativo, ao apagar-se a memória cria-se a ilusão de que o novo acontecimento funcionará livre das amarras do passado; original, originário, ele formaria o marco zero dos discursos que sobre ele irão versar, fundando novos sentidos, independentes daquilo que antes deles se produziu, fundados sobre o esquecimento dessa memória recusada. Essa recusa, porém não se faz inteira, não se faz perfeitamente, deixa brechas, deixa falhas nas quais se infiltra a poeira da memória: essa história feita de cinzas que, no entanto, permanece latente nos



discursos, impregnada na língua pela qual os mesmos se constroem. (DE NARDI, 2003, p. 79)

A língua dos descendentes de imigrantes italianos pode ser considerada parte dessa "cena discursiva", que foi interdita devido a interesses políticos em um determinado contexto sócio- histórico. No entanto, essa mesma língua que foi interdita, hoje, atualiza-se na enunciação e atualiza os sentidos da interdição. A interdição que tinha como principal intento apagar as línguas não-nacionais, hoje nos permite compreender aspectos identitários da constituição do sujeito que, ao esquecer, produz subjetividades.

Apesar desse processo de interdição, na região Oeste de Santa Catarina, observamos que há traços da língua italiana entre falantes da língua portuguesa. As duas línguas convivem, confundem-se, misturam-se e constituem o sujeito sempre entre-línguas, deixando traços indelévels em suas identificações à língua.

Nas narrativas dos entrevistados, ao serem mobilizados a falar sobre suas experiências na relação entre línguas e cultura, é possível interpretar silenciamentos, apagamentos e cicatrizes no que tange a sua constituição identitária pelo viés da língua(gem). Para Mariani (2004, p. 45), "falar uma língua é em si uma prática política" e essa prática política possui consequências sobre os processos identitários:

[...] desde o início da colonização, vários fatores contribuíram para a existência de uma diversidade linguística. Não é possível o completo apagamento da língua do país de origem e a incorporação plena da nova língua. Há uma tentativa de filiação à nova língua, ao novo país, mas isso irá contribuir para a heterogeneidade da língua. (MARIANI, 2004, p. 22).

Considerando que a língua desses sujeitos foi interdita em decorrência dos ideários nacionalistas, na década de 1930, a presente pesquisa permite, por meio dos traços de memória, das cicatrizes discursivas, "escavar" aquilo que ficou silenciado, mas não apagado.

Orlandi (2007) considera o silêncio como fundante da linguagem. Assim, o silêncio significa, produz sentido e constitui o sujeito, pois "para compreender

a linguagem é preciso entender o silêncio para além da sua dimensão política" (ORLANDI, 2007, p. 29).

O sentido de silêncio que podemos atribuir à implantação das políticas de nacionalização foi o veemente interesse em homogeneizar o país e torná-lo reconhecidamente uma nação única, por meio da interdição das línguas alóctones. "Na perspectiva que assumimos o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio o sentido é" (ORLANDI, 2007, p. 31). O próprio Presidente Vargas, em seus discursos, omitia ou silenciava o perfil do país ao afirmar que, apesar da grande dimensão geográfica, havia homogeneidade. Dessa forma, sendo homogênea, a nação deveria possuir uma única língua, pois a língua era entendida por ele como "instrumento de soberania nacional".

2. Prov(oc)ando interpretações

Falar de si constitui um exercício de escritura, num movimento de auto-narração que permite diversas maneiras de experimentar sua identidade - que é sempre fluida, inapreensível, metamorfoseada.
(ECKERT-HOFF, 2008, p. 119)

Do *corpus* analisado neste artigo, constam narrativas de dois sujeitos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, na faixa etária de 60 a 80 anos. Estudaram apenas na escola primária rural. A língua materna de ambos foi o dialeto vênето e a escola foi fator decisivo para a aquisição da língua portuguesa.

A entrevista, orientada por um questionário semi-estruturado, foi feita com consentimento e ciência de ambos. Interpretamos essas entrevistas como narrativas que configuram um espaço no qual o entrevistado pode falar de si, de sua história de constituição linguística. Nesse falar de si, de sua história de vida, "jamais se descreve, tal qual ele 'seria, tal qual ele se deseja mostrar. Das palavras ditas, irrompem sentidos fluidos, escorregadios, imprevisíveis, incontrolláveis" (ECKERT-HOFF, 2008, p. 41). Alguns desses sentidos, procuramos interpretar nos recortes discursivos a seguir.



RD1: [você aprendeu o português?] aprendi o português/ na marra (risos)[como na marra?] na marra porque foi na aula e o professor não aceitava falar o italiano/ e eu não sabia quase falar o italiano/dai ia / escutando os outros /e aprendendo uma palavra hoje/ uma amanhã /eu entendia né mas não sabia falar.

No recorte discursivo (RD1), percebe-se que, o enunciador, ao explicar como aprendeu a língua portuguesa, apresenta um elemento bastante significativo para o gesto interpretativo. Ao enunciar "aprendi o português na marra", interpreta-se que o contato com a língua portuguesa foi perturbador, tenso, conflituoso e, se não bastasse, silenciador. Nas amarras daquele contexto, eram impostas as condições de expressão: uso exclusivo da língua portuguesa em favor da difusão do idioma nacional. Acuado pelas imposições sociais, pelo aprender a língua portuguesa "na marra", o imigrante, também denominado de não-nacional, comprimia-se entre o conhecido, a língua da sua casa, a língua da sua identidade e o desconhecido, a língua do país no qual estava sendo (a)colhido.

Além disso, pelo excerto "e o professor não aceitava falar o italiano/ e eu não sabia quase falar o italiano", interpreta-se que o enunciador afirma que sua língua era a língua italiana e posteriormente, num lapso afirma que não sabia língua italiana. Questiona-se: Não sabia falar a língua italiana ou portuguesa? Não se permite enunciar língua portuguesa? Há um desliz no nome da língua? Há nessa enunciação uma constituição heterogênea?

O fato de ter que falar em uma língua estranha a sua lhe fazia sentir-se uma ilha "ia/ escutando os outros /e aprendendo uma palavra hoje/ uma amanhã /eu entendia né mas não sabia falar" e lhe tirava o sentimento de pertença. Fazia parte de um determinado grupo, mas lhe era tolhido o direito de expressão. Como poderia pertencer já que não sabia falar a língua autorizada? Poderia pertencer pela metade? Se quisesse ocupar seu lugar social era preciso aprender "na marra" (a qualquer custo) a língua portuguesa; pronunciar-se na/por essa língua estranha era a possibilidade de inclusão, pois assim eram as determinações políticas no contexto do Estado Novo. Outro elemento importante que merece a atenção é: "eu não sabia quase falar o italiano". O

tópico da conversa era o português, no entanto, ao narrar, o participante da pesquisa comete o deslize e indicia uma relação tensa com a língua portuguesa e a língua italiana. É justamente a opacidade da língua que possibilita a existência de uma multiplicidade de sentidos ou então que aquilo que fora silenciado surja novamente.

Nesse sentido, entre silenciamentos e permissões, constituíram-se linguisticamente os descendentes de imigrantes e hoje, em suas narrativas, vislumbramos a possibilidade de redesenhar um cenário que oficialmente determinava a homogeneidade linguística, a unicidade e pureza da língua.

O estabelecimento de regras para a efetiva utilização de uma língua ou para o silenciamento de outra organiza simultaneamente os espaços institucionais por onde as línguas circulam e o modo como elas circulam. Sendo assim, buscando domesticar o trânsito da heterogeneidade linguística, uma política linguística regulamenta a língua com que os sujeitos vão fazer a história significar. (MARIANI, 2004, p. 44).

Nesse sentido, aprender uma língua, ou melhor, a língua autorizada era a possibilidade de inscrever-se como cidadão, era a oportunidade de pertencimento. Num movimento contrário, ou seja, pela manutenção da língua de imigração (neste caso o italiano), não havia senão a instauração do silenciamento.

RD2: daí teve uma época que /falavam que /os jagunços iam pegar as crianças que falavam em italiano né (...)/ a minha mãe/ me pediu para nós se esconder/ que ela não queria que levassem nós embora né [o Senhor sentia medo então naquela época] mas/ imagina ficamos até com trauma por causa daquilo/ eu fiquei noites/ as vezes de noite a gente sonhava com aquilo até não/ ... parecia sempre que estavam querendo levar a gente embora né/ então/ fica na memória da pessoa uma coisa assim/

Considerando que o entrevistado era criança no período do Estado Novo, pelo gesto interpretativo, é possível afirmar que, no enunciado de RD2, o sujeito revela o sentimento de medo e de incertezas que foi instaurado naquele período: "falavam que os jagunços iam pegar as crianças que falavam em italiano né "e" mas/ imagina ficamos até com trauma por causa daquilo". Observando o verbo



"falavam" podemos inferir que, na época estadonovista, os descendentes de imigrantes não recebiam explicações das decisões políticas que se instauravam, deveriam cumprir o imposto pelo processo ditador, ou seja, falar exclusivamente em língua portuguesa.

Aquele contexto, fortemente marcado pela repressão, foi constitutivo dos sujeitos, assim como explica Althusser (1970, p. 98-99): "toda ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos". Ainda para Althusser (1970), a ideologia desempenha a função de produzir evidências discretas e impô-las de tal modo que o sujeito não perceba que está sob o efeito ideológico.

A partir dos recortes apresentados acima, podemos perceber que as narrativas dos descendentes de imigrantes italianos revelam traços de processos de interdição. Mas, por outro viés, revelam a resistência de uma língua que deveria ser apagada, mas não o foi; tal resistência é rememorada a partir da discursivização de memórias que foram constituindo o sujeito.

Para Payer (2001, p. 236), "a língua consiste em um material inseparável do sujeito". Seguindo essa premissa, compreendemos que os descendentes de imigrantes não poderiam se constituir e se apresentar à sociedade a não ser através de sua língua, da língua de seu país de origem. Ainda atualmente, os vestígios dessas línguas possibilitam um modo particular de inscrição da memória histórica dos imigrantes na sociedade brasileira.

Falamos uma (ou várias) língua que é (são) sempre a língua do outro e para o outro, que vem plena do outro – língua estrangeira-materna, materna-estrangeira –, cuja falta em mim imagino completar, mas é sempre e apenas uma prótese da falta e, como tal, deixa marcas, vestígios da fratura, da satura... (CORACINI, 2007, p. 145).

Por meio das entrevistas que compõem a presente pesquisa, percebemos que na constituição identitária dos sujeitos pesquisados ocorreu o que Coracini (2003) denominou de entre-línguas, ou seja, constituir-se sujeito no entre-línguas significa que há nessa constituição o imbricamento de línguas. No contexto pesquisado, o entre-línguas é um processo cotidiano, pois os

descendentes de imigrantes italianos ainda convivem com a língua nacional e a língua de imigração. Segundo Coracini (2007), é um espaço com traços culturais em conflito, ou seja, o sujeito constitui-se num ténue espaço no qual ocorre o imbricamento de línguas, não há a demarcação de fronteiras, há o trânsito de línguas que possuem suas peculiaridades, circulam, ocorrem e aparecem em um mesmo contexto. A presença concomitante da língua italiana e da língua portuguesa aponta que é possível interpretar traços, marcas identitárias que (re)velam uma língua diferente da língua portuguesa, da língua da nação.

É no jogo do entre-línguas que os sujeitos se constituem, pois não há a unicidade, a homogeneidade e a pureza da língua. Para Coracini (2007, p. 132), "estamos todos entre-línguas [...] – mesmo aqueles que creem falar apenas uma língua – imersos nas águas híbridas onde os limites são imprecisos e opacos e as fronteiras incapturáveis, intocáveis".

Através das narrativas dos descendentes de imigrantes italianos sobre a língua, pudemos observar o (re)velar de nuances sobre o que é constituir-se sujeito no entre-línguas e num contexto fortemente marcado pela interdição.

A interdição de uma língua não deixa de funcionar, portanto, como interdição de um certo modo de constituição do sujeito por essa língua. Consequentemente, ela funciona como silenciamento da memória histórico-discursiva presente nessa língua. O silenciamento de uma língua e da memória nela inscrita apaga, desse modo, elementos que não são apenas do domínio do formulável – no sentido de que uma língua é pronunciável, dizível –, mas que são da ordem do que é fundamentalmente constitutivo de um sujeito, de uma sociedade, enquanto memória histórica. (PAYER, 2006, p. 195-196).

Diante dessas considerações, finalizamos essa seção destacando que o acontecimento de silenciamento das línguas de imigração provocou rasgos, cicatrizes que, por vezes, são mascaradas, e mesmo sob a égide dos disfarces se inscrevem na enunciação, são (re)veladas a cada novo gesto de interpretação.



Para o momento... Um ponto final

Embora muitos estudos já tenham sido empreendidos sobre a constituição identitária dos descendentes de imigrantes (STÜBE, 2008; CORACINI, 2010; ECKERT-HOFF, 2010; PAYER, 2005), ainda há muito a ser (re)velado. É por meio dos traços de memória que cicatrizes discursivas da relação entre-línguas poderão ser interpretadas.

As políticas linguísticas responsáveis pelo apagamento das línguas dos descendentes de imigrantes italianos não efetivamente apagaram a língua do além-mar, pois é possível perceber marcas no intradiscurso, que aponta para o interdiscurso e possibilitam interpretar possíveis traços identificatórios desses sujeitos. De acordo com Orlandi (2002), ao pensar em políticas linguísticas, é preciso considerar algumas questões problemáticas referentes à unidade, à dominação e à diversidade. Ferindo princípios éticos, a imposição de uma só língua pretendia a unidade linguística e isso implica diretamente no apagamento da língua diferente da nacional. Por isso, unidade e diversidade são noções inseparáveis e devem ser tratadas conjuntamente. Mesmo porque "em uma sociedade como a nossa, em sua história, o princípio ético está justamente não em apagar, mas em se trabalhar a contradição unidade/diversidade." (ORLANDI, 2002, p. 96).

Embora a pesquisa ainda ofereça a possibilidade de posteriores investigações, podemos destacar que, na constituição identitária dos descendentes de imigrantes italianos, há marcas da língua italiana que não foram apagadas, tornaram-se cicatrizes que significam. Para Orlandi (2010, p. 67), "o que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com a margem dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites".

As narrativas dos entrevistados permitem que o sujeito se inscreva na história e assim possa desenrolar fios da trama identitária que o constitui. É importante destacar que o sujeito, para se inscrever na história, precisa ter a

ilusão que é a origem de seu dizer. Por meio das entrevistas, pudemos perceber que os entrevistados, no ato enunciativo, (re)velam marcas da sua língua materna enquanto elemento constitutivo, língua essa constituída pelo ser-estar-entre-línguas, não uma ou outra língua, mas uma e outra, uma na outra.

Enfim, faz-se necessário dizer que, nesse gesto interpretativo, algumas considerações puderam ser apontadas e algumas possíveis análises foram apresentadas, há muito que tecer para que outras interpretações relevantes possam ser efetuadas.

Se, muitas vezes, o que move o pesquisador a se debruçar sobre determinado objeto é sua experiência, pedimos licença para (re)velar aquilo que nos mobiliza até o momento: se a nossos pais e avós foi negado o direito de falar a língua materna, interditando-os ou colocando-os à margem da sociedade, a nós é possível analisar essas narrativas, aprender e falar a língua dos descendentes, é-nos permitido (re)velar por meio de nossos escritos, traços de nossas identificações à(s) língua(s) que nos constituem e nos inscrevem na sociedade. É na circularidade dos discursos que colocamos esse ponto final.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3ed. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

CORACINI, M. J. Subjetividade e identidade do(a) professor(a) de português. In: CORACINI, M. J. (Org.). **Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003. p. 23-36.

_____. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade, línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, M. J.; ECKERT-HOFF, B. M. (Orgs.). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

DE NARDI, F. S. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 65-83, 2003.



ECKERT-HOFF, B. **Escrit(ur)a de si e identidade**: o sujeito-professor em formação. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

MARIANI, B. **Colonização linguística**: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. **Língua e Conhecimento Linguístico** - para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez. 2002.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Maio de 68: Os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.] **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores, 2010.

PAYER, M. O. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, Eni P. **História das Idéias linguísticas**. Campinas: Pontes, 2001, p. 235-255.

_____. Memória da língua: entre a língua nacional e a língua materna. In: **Anais do II SEAD-Seminário de Estudos em Análise do Discurso** - Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

_____. **Memória da língua**: Imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pucinelli Orlandi (*et al.*) 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [*et al.*] **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores, 2010, p. 49-56.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 6 ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. & GADET, F. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

SCHERER, A.E. Subjetividade, inscrição, ritmo e escrita em voz. In: MARIANI, B. (org.). **A escrita e os escritos**. Reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 13-20.

SARAMAGO, J. **Cadernos de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



STÜBE NETTO, A. D. **Tramas da subjetividade no espaço entre-línguas:** narrativas de professores de língua portuguesa em contexto de imigração. Tese de Doutorado (2008). Instituto de Estudos de Linguagem-Unicamp. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

TIBOLLA, F. R. C. **Me tocou virar tudo:** cicatrizes discursivas em narrativas de descendentes de imigrantes italianos. Dissertação de Mestrado (2014). UFFS. Chapecó, SC: [s.n.], 2014.

Recebido em 21/12/2014.

Aceito em 03/04/2015.

Angela Derlise Stübe

É graduada em Letras, pela UNIJUÍ, Mestre em Letras, pela UFSM, e doutora em Linguística Aplicada, pela UNICAMP. Atua como professora na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó/SC, nos cursos de Graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos. Trabalha, principalmente, com os seguintes temas: formação de professores, discurso pedagógico, ensino-aprendizagem de língua materna, políticas linguísticas. É membro do GT “Práticas Identitárias em Linguística Aplicada”, da ANPOLL; líder do grupo de pesquisa “Linguagem, discurso e subjetividade” e coordenadora do “Fronteiras: Laboratório de Estudos do Discurso”.
E-mail: angelastube@uffs.edu.br

Flávia Rosane Camillo Tibolla

É graduada em Letras Português-Italiano pela Universidade do Contestado. Em 2014, concluiu a Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Profissionalmente atuou como professora nos diferentes níveis da Educação e atualmente exerce a função de Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Concórdia.
E-mail: flarosane@yahoo.com.br